

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016		2017	2016
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	349.206	401.464	Circulante	238.788	299.884
Disponibilidades	14	12	Depósitos	28.559	55.217
Aplicações interfinanceiras de liquidez	35.571	29.842	Depósitos interfinanceiros (Nota 8)	28.559	55.217
Aplicações no mercado aberto (Nota 4)	35.571	29.842	Obrig. por repasses do País - Instit. oficiais	201.884	235.323
Operações de crédito	255.432	307.766	BNDES (Nota 9)	201.884	235.323
Setor privado (Nota 5.a)	287.694	339.044	Outras obrigações	8.345	9.344
Prov. p/ oper. de crédito de liquid. duvid. (Nota 5.e)	(32.262)	(31.278)	Cobrança e arrecad. de trib. e assemelhados	34	121
Outros créditos	24.601	23.069	Fiscais e previdenciárias (Nota 10)	824	3.197
IR e contribuição social diferidos (Nota 15.b)	17.290	5.484	Outras obrigações (Nota 11)	7.487	6.026
Títulos e créditos a receber (Nota 5.a)	5.054	16.285	Exigível a longo prazo	334.135	413.078
Outros créditos diversos (Nota 6)	2.389	2.287	Obrig. por repasses do País - Instit. oficiais	334.069	413.001
Provisão p/ outros cred. de liquid. duvid. (Nota 5.e)	(132)	(987)	BNDES (Nota 9)	334.069	413.001
Outros valores e bens (Nota 7)	33.588	40.775	Outras obrigações	66	77
Realizável a longo prazo	398.165	498.971	Outras obrigações (Nota 11)	66	77
Operações de crédito	359.147	465.938	Resultados de exercícios futuros	172	203
Setor privado (Nota 5.a)	384.583	496.504	Receitas de exercícios futuros (Nota 13)	172	203
Prov. p/ oper. de crédito de liquid. duvid. (Nota 5.e)	(25.436)	(30.566)	Patrimônio líquido (Nota 14)	174.933	188.002
Outros créditos	39.018	33.033	Capital	150.000	150.000
IR e contribuição social diferidos (Nota 15.b)	35.744	32.691	Reservas de lucros	24.933	38.002
Títulos e créditos a receber (Nota 5.a)	3.307	344	Total do passivo e patrimônio líquido	748.028	901.167
Prov. p/ outros cred. de liquid. duvidosa (Nota 5.e)	(33)	(2)			
Permanente	657	732			
Imobilizado de uso	290	356			
Imobilizado de uso	912	875			
Depreciações acumuladas	(622)	(519)			
Intangível	367	376			
Intangível	1.312	1.182			
Amortizações acumuladas	(945)	(806)			
Total do ativo	748.028	901.167			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Estatutária			
Em 31 de dezembro de 2015	150.000	7.005	31.122	(76)	188.051	188.051
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(125)	(125)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	76	-	76
Destinações:						
Reservas de lucros	-	-	(125)	-	125	-
Em 30 de junho de 2016	150.000	7.005	30.997	-	188.002	188.002
Variação do semestre	-	-	(125)	76	(49)	(49)
Em 31 de dezembro de 2016	150.000	7.005	22.092	-	179.097	179.097
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(4.164)	(4.164)
Destinações:						
Reservas de lucros	-	-	(4.164)	-	4.164	-
Em 30 de junho de 2017	150.000	7.005	17.928	-	174.933	174.933
Variação do semestre	-	-	(4.164)	-	(4.164)	(4.164)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2017 Saldos em milhares de reais

1 Contexto operacional: O Banco Moneo S.A. com sede em Caxias do Sul - RS, iniciou suas atividades em 01 de julho de 2005 e atua sob a forma de banco múltiplo, estando autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar nas carteiiras "investimento", "crédito, financiamento e investimento" e de "arrendamento mercantil", tendo como objetivo básico a realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, visando o atendimento das necessidades dos clientes da Marcopolo S.A., empresa líder do grupo Marcopolo ao qual o Banco pertence. **2 Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). Adicionalmente, a apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi datada pela Diretoria em 25 de julho de 2017. **3 Resumo das principais práticas contábeis: a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Apuração de resultados:** As receitas e despesas estão contabilizadas pelo regime de competência. **c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisionamento para desvalorização, quando aplicável. **d. Títulos e valores mobiliários:** Para avaliação de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: **(a) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **(b) Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e **(c) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H). As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência. A atualização ("accrual") das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em "receitas", e a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela administração, na determinação dos riscos de crédito. **f. Ativo permanente:** O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear com base na vida útil dos bens, estimada em cinco anos (sistema de processamento de dados) e dez anos (móveis e equipamentos de uso). O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software e está sendo amortizado em 5 anos. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado ao seu valor recuperável quando este for maior que seu valor recuperável estimado. **g. Imposto de renda e contribuição social:** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo "Outros créditos". A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120 e a provisão para a contribuição social sobre o lucro, conforme MP 675 convertida em Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015, é calculada a 20% (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas

Vencimento	Títulos		Compror	Financiamentos	2017	2016
	Empréstimos	descontados				
Vencidos	7.742	72	-	11.360	397	19.571
A vencer	-	-	-	-	-	-
Até 3 meses	13.102	18.922	-	58.186	2.878	93.088
De 3 a 12 meses	30.139	68	-	148.102	1.779	180.088
De 1 a 3 anos	42.747	1	-	245.785	2.122	290.655
Após 3 anos	9.499	-	-	86.552	1.185	97.236
Total da carteira	103.229	19.063	-	549.985	8.361	680.638
Provisão para créditos de liquid. duvidosa	(24.336)	(921)	-	(32.441)	(165)	(57.863)
Total líquido	78.893	18.142	-	517.544	8.196	622.775

d. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa: Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, bem como outras provisões com avais e fianças concedidas e para outros créditos, que obedeceram a mesma norma do BACEN.

Níveis de risco	Perc. prov. de cred.	Oper. e fianças	Avais e créditos (*)	Outros créditos	2017	2016
AA	0,0%	56.490	-	-	56.490	67.454
A	0,5%	187.032	11.017	2.933	200.982	290.032
B	1,0%	179.036	7.969	5.331	192.336	209.925
C	3,0%	131.906	-	-	131.906	138.231
D	10,0%	38.955	-	-	38.955	84.173
E	30,0%	27.205	-	-	27.205	36.018
F	50,0%	14.391	-	-	14.391	13.493
G	70,0%	18.329	-	-	18.329	11.498
H	100,0%	18.933	-	-	97	19.030
Total		672.277	18.986	8.361	699.624	872.086

(*) Avals e fianças - As garantias prestadas pelo Banco em função de avals e fianças concedidos montam a R\$ 18.986 (R\$ 19.909 em 30 de junho de 2016) registradas em contas de compensação e referem-se a fianças e avals concedidos em operações de *Finame*, *Finame Leasing* e *Leasing*. Para fazer frente a eventuais perdas devido à necessidade de honrar tais avals e fianças, foi provisionado o montante de R\$ 134 (R\$ 143 em 30 de junho de 2016), classificado em "Outras obrigações", no passivo circulante de R\$ 68 (R\$ 66 em 30 de junho de 2016) e exigível a longo prazo R\$ 66 (R\$ 77 em 30 de junho de 2016) para atendimento ao disposto no art. 6º da Resolução nº 2.682/99. Durante o semestre, os créditos renegociados totalizaram R\$ 6.854 (R\$ 26.628 em 30 de junho de 2016), as baixas

Senhores Acionistas, Atendendo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2017 e de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativas aos exercícios findos nessas datas. Caxias do Sul, 22 de agosto de 2016. **A Administração.**

	Demonstrações de resultados Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)		Demonstrações dos fluxos de caixa Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)	
	2017	2016	2017	2016
Receitas da intermediação financeira	48.488	46.706	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2017
Operações de crédito	45.659	45.144	Prejuízo do semestre	(4.164)
Result. de oper. com títulos e valores mobiliários	2.829	1.562	Imposto de renda e contribuição social	5.372
Despesas da intermediação financeira	(39.955)	(33.459)	Corrente	2.562
Operações de captação no mercado	(3.538)	(2.992)	Diferido	(3.333)
Operações de empréstimos e repasses	(16.333)	(14.928)	Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.935)
Provisão para cred. de liquid. duvidosa (Nota 5.f)	(20.084)	(15.539)	Movimentações que não afetam o fluxo de caixa	42.788
Resultado bruto da intermediação financeira	8.533	13.247	Depreciações e amortizações	132
Outras receitas (despesas) operacionais	(12.627)	(10.060)	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.084
Rendas de tarifas bancárias	702	718	Despesa de juros e variações monetárias da intermediação financeira	19.871
Despesas de pessoal	(5.404)	(5.214)	(Aquisição) de bens não de uso	2.701
Outras despesas administrativas (Nota 17)	(3.453)	(2.879)	(Aumento) redução nos ativos operacionais	67.722
Despesas tributárias (Nota 18)	(1.529)	(1.398)	(Aumento) redução em operações de crédito	91.172
Outras rec. (desp.) operac. líquidas (Nota 19)	(2.943)	(1.287)	(Aumento) redução em outros créditos	(23.540)
Resultado operacional	(4.094)	3.187	(Red.) aumento nos passivos operacionais	(113.084)
Resultado não operacional (Nota 20)	(841)	(3.269)	(Redução) Aumento em outras obrigações	518
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(4.935)	(82)	Resultados de exercícios futuros	33
Imposto de renda e contribuição social	771	(43)	(Aumento) Redução em obrigações por repasse	(83.225)
Corrente (Nota 15.a)	(2.562)	(5.372)	(Aumento) Redução em depósitos	(25.464)
Diferido (Nota 15.a)	3.333	5.329	Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.946)
Prejuízo do semestre	(4.164)	(125)	Caixa proveniente (aplicado) das operações	(7.509)
Prejuízo do semestre por ação - R\$	(0,028)	(0,001)	Fluxos de caixa das ativ. de investimentos	(77)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. **4 Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Em 30 de junho de 2017 e 2016, as aplicações eram compostas como seguem:

	2017	2016
Operações compromissadas / Posição bancada		
Letra do Tesouro Nacional - LTN	35.571	29.842
Total	35.571	29.842
O valor aplicado refere-se a títulos lastreados em LTN com resgate no dia subsequente. 5 Operações de crédito: As operações de crédito são compostas de empréstimos, financiamentos e descontos de duplicatas concedidos a pessoas físicas e jurídicas (indústria, comércio e serviços), decorrentes de operações de crédito pessoal e de aquisições de bens principalmente vinculados a empresa Marcopolo S.A. do Grupo Marcopolo, ao qual também pertence o Banco. Parte substancial das operações de financiamento são oriundas de operações de repasse BNDES. A rubrica de "outros créditos com característica de concessão de créditos" refere-se a operações recebidas em transferência (recompa) de instituições financeiras com as quais o Banco figura como avalista em operações de <i>Finame Leasing</i> e operações de Desconto de Notas Promissórias. As operações de crédito do Banco são suportadas por garantias vinculadas à alienação fiduciária, duplicatas e hipotecas que podem representar de 100% a 130% do total do crédito concedido.		

	2017	2016
a. Composição das operações de crédito por modalidade		
Empréstimos	103.229	116.293
Títulos descontados	19.063	12.846
Compror	-	598
Financiamentos	549.985	705.811
Total	672.277	835.548
Circulante	287.694	339.044
Realizável a longo prazo	384.583	496.504
Total	672.277	835.548
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Circulante	(32.262)	(31.278)
Realizável a longo prazo	(25.436)	(30.566)
Total	(57.698)	(61.844)
Total líquido	614.579	773.704

	2017	2016
Outros créditos com característica de concessão de crédito (nota 5.d) (a)	8.361	16.629
Prov. para outros cred. de liquid. duvid. (n. 5.d) (a)	(165)	(989)
Total líquido	8.196	15.640

	2017	2016		
Total das operações de crédito e outros créditos	680.638	852.177		
Total da provisão para créditos de liquid. duvidosa	(57.863)	(62.833)		
Total geral líquido	622.775	789.344		
As operações de aquisição de notas promissórias relacionadas nos contratos particulares de cessão de direitos sem coobrigação dos cedentes, foram reclassificadas conforme orientação do BACEN e em atendimento ao COSIF				
b. Concentração dos maiores tomadores de crédito				
Concentração das operações de crédito em 30 de junho				
	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	95.390	14,01	110.098	12,92
50 seguintes maiores devedores	206.690	30,37	249.823	29,32
100 seguintes maiores devedores	157.738	23,18	201.110	23,60
Demais devedores	220.820	32,44	291.146	34,16
Total	680.638	100,00	852.177	100,00

	2017	2016
c. Composição da carteira por vencimento		
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito		
2017	2016	
10 maiores devedores	95.390	14,01
50 seguintes maiores devedores	206.690	30,37
100 seguintes maiores devedores	157.738	23,18
Demais devedores	220.820	32,44
Total	680.638	100,00

com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco. O valor das contingências possíveis não provisionadas totalizam o montante de R\$ 1.294 (R\$ 1.059 em 30 de junho de 2016) referente a processos civis relativos a revisões de contrato, indenizações, entre outros, composto por um total de 10 ações em 2017 e 13 ações em 2016.

b. Processos trabalhistas - tratam-se de processos impetrados por ex-funcionários do Banco. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos do Grupo Marcopolo, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa.

c. Outros processos - O Banco possui ação de revisão da base de cálculo do PIS e da COFINS, cuja possibilidade de perda é provável. O Banco realizou o recolhimento de tais valores na forma de depósitos judiciais até julho de 2011, cujos valores estão contabilizados na conta "Outros créditos - diversos" totalizando o montante de R\$ 6.598 na rubrica de Recursos fiscais, o qual está integralmente provisionado e apresentado pelo líquido. Sobre tais valores é constituída provisão mensal conforme atualização monetária. A partir de agosto de 2011, considerando a classificação de perda provável, o Banco deixou de reconhecer os mesmos na forma de depósito judicial, e passou a recolhê-los mensalmente de forma integral.

13 Resultados de exercícios futuros: Constituídos por receitas com intervenção, com avais e fianças concedidos em operações de arrendamento mercantil "Leasing" e "Finame Leasing" em que o Banco figura como avalista, a serem apropriados em resultados futuros conforme abaixo:

	2017	2016
2016	-	125
2017	110	78
2018	52	-
2019	8	-
2020	2	-
	172	203

14 Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social da Instituição pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e é composto de 150.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal no montante de R\$ 150.000.000,00.

b. Reservas de lucros: A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva estatutária em 30 de junho de 2017 no montante de R\$ 17.928 corresponde aos saldos remanescentes dos lucros acumulados à disposição da Assembleia Geral Ordinária conforme prevista no Art. 27 c do Estatuto Social. A referida reserva visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

c. Dividendos: Conforme Art. 27 do estatuto é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de março de 2017, foram pagos antecipados dividendos, aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2017, relativos à data-base 31 de dezembro de 2016. Esses dividendos referem-se a uma distribuição voluntária de dividendos. No semestre foram pagos dividendos conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Saldo anterior, em 31 de dezembro	1.738	4.472
Pagamentos realizados no semestre	(1.738)	(4.472)
Saldo atual, em 30 de junho	-	-
15 Imposto de renda e contribuição social: a. Imposto de renda e contribuição social correntes: Conciliação do resultado de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro do período:		
	2017	2016
Prejuízo antes da tributação sobre o lucro	(4.935)	(82)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
às alíquotas nominais de 40% e 45% (nota 3.g) (a)	2.222	37
Adições permanentes no imposto corrente	(139)	(422)
Benefícios fiscais Vale cultura e PAT	33	39
5% sobre Saldo Crédito Tributário 2019 (ref. alíquota CS de 20% voltar para 15%) (a)	(1.357)	(79)
Vlr ref. recálculo CSLL cfe. IN 1.591 de 05/11/15	-	370
Outras adições, líquidas	12	12
Imposto de renda e contribuição social no resultado	771	(13)
IRPJ corrente	(1.403)	(3.167)
CSLL corrente	(1.159)	(2.205)
IRPJ diferido	2.545	2.941
CSLL diferido	788	2.388
	771	(13)

(a) Foi excluído, no 1º semestre de 2017, o montante de R\$ 1.357 relativo à baixa de créditos tributários decorrentes da volta da alíquota da CSLL de 20% para 15% referente ao período a partir de 2019 (Lei nº 13.169/2015).

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 30 de junho, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo "Outros Créditos" e é assim representado:

	2017	2016
Diferenças temporárias	57.997	62.976
Prov. para créditos de liquid. duvidosa (nota 5.e)	41.168	9.859
Créditos baixados para prejuízo	751	740
Provisão para PLR, Bônus	8.719	7.285
Provisão para contingências	13.949	8.894
Provisão para perdas em bens não de uso (nota 7)	122.584	84.754
Base de cálculo para Imposto de Renda	545	571
Prov Grad Adm da Contrib Social	123.129	85.325
Base de cálculo para Contribuição Social	22.388	21.189
Impostos diferidos - Imposto de renda 25%	30.646	16.986
Impostos diferidos - CS15% e 20% (nota 3.g)	53.034	38.175
Ativo fiscal diferido	17.920	5.484
Ativo circulante (classificado em "Outros créditos")	35.744	32.691
Real. a longo prazo (classif. em "Outros créditos")	-	-

c. Movimentação

	2017	2016
Saldo anterior, em 31 de dezembro	49.700	32.307
Crédito tributário líquido constituído/(revertido)	3.334	5.268
Saldo atual, em 30 de junho	53.034	38.175

d. Expectativa de realização dos créditos tributários: Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
2016	-	2.199
2017	2.644	7.365
2018	32.482	27.974
2019	17.892	637
2020	16	-
	53.034	38.175

O valor presente do crédito tributário, em 30 de junho de 2017, calculado com base na taxa média de captação de 10,15% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 37.242 (R\$ 30.453 em 30 de junho de 2016 à taxa de 14,15% a.a.).

16 Limite operacional (Acordo da Basileia): As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional e legislação complementar. Em 30 de junho de 2017, o índice do Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados do Banco era de 21,08%, superior ao índice mínimo exigido pelos normativos, que é de 10,50%.

17 Outras despesas administrativas

	2017	2016
Despesas de processamento de dados	454	415
Despesas com localização e funcionamento	327	274
Despesas de propaganda e publicidade	145	113
Despesas de serviços do sistema financeiro	335	309
Despesas de serviços técnicos especializados	917	516
Despesas de viagem no país	485	327
Depreciações e amortizações	132	131
Custas judiciais e cartórias de bens retomadas	559	682
Outras	99	112
Total	3.453	2.879

18 Despesas tributárias

	Alíquota	2017	2016
Programa de integração social (PIS)	0,65%	157	175
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	4,00%	966	1.079
Imposto sobre serviços (ISS)	5,00%	35	36
Outras despesas tributárias	-	371	108
Total	-	1.529	1.398

19 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2017	2016
Rendas de garantias prestadas	-	3
Reversão pro. operac. com veículos apreendidos	2.202	3.334
Reversão prov. para conting. fiscais e trabalhistas	-	20
Atualiz. saldo conta gr. e diferença pago liberação	(26)	-
Desp. com veículos apreendidos (bens não de uso)	(917)	(429)
Despesas com perdas ações judiciais	(630)	(603)
Descontos concedidos (a)	(319)	-
Provisão atualização ação Pis/Cofins (nota 12 c)	(373)	(367)
Provisão de bens apreendidos (bens não de uso)	(2.710)	(2.925)
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	(170)	(320)
Total	(2.943)	(1.287)

(a) Valor relativo a descontos concedidos em negociação de encerramento das operações com o cliente inadimplente.

20 Resultado não operacional

	2017	2016
Despesas não operacionais	(1.392)	(3.276)
Receitas não operacionais	551	77
	(841)	(3.269)

Valores referem-se principalmente a resultado na alienação e baixas de bens não de uso (bens retomados ou recebidos em dação de pagamento).

21 Partes relacionadas: a. Transações e saldos: O Banco não possui saldos com partes relacionadas em 30 de junho de 2017 e 2016. Foram pagos a título de ressarcimento de despesas administrativas o valor de R\$ 58 (R\$ 67 em 30 de junho de 2016) no exercício para a Marcopolo S.A. Dividendos pagos a Controladora no montante de R\$ 1.739 (R\$ 4.472 em 2016).

b. Remuneração do pessoal-chave da administração: Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global a ser pago no exercício a título de remuneração dos Administradores. Na Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2017 foi aprovada a remuneração global anual da administração no valor de até R\$ 1.800. Durante o semestre

findo em 30 de junho de 2017 ocorreram despesas no valor de R\$ 938 (R\$ 945 em 30 de junho de 2016), conforme segue:

	2017	2016
Remuneração - pró-labore	595	440
Encargos sociais	134	89
Benefícios agregados	206	406
	935	935

A reunião do Conselho de Administração de 07 de junho de 2016 ratificou a Política de Remuneração dos Administradores alinhando com as determinações da Resolução nº 3921/10 do CMN. **c. Outras informações:** O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Conforme legislação em vigor não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros do conselho, e respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.

22 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários: O Banco é patrocinador da Marcoprev - Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social aos empregados do Banco. No primeiro semestre de 2017 foi aprovado em contribuições o montante de R\$ 75 (R\$ 88 em 2016). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva do patrocinador, e de "contribuição definida" onde as contribuições são do patrocinador e do participante, de forma opcional. O Banco não apresentou ajuste a valor presente das obrigações atuariais na data-base 31 de dezembro de 2012 e desde então adotou, em conjunto com a Marcopolo, o procedimento de revisão de avaliação atuarial do Plano de Pensão e benefício pós-emprego trimestral, sendo que os seus efeitos registrados e apresentados no período a ser divulgado. Não há existência de efeitos da adoção do CPC 33 (R1). Os valores relacionados aos benefícios pós-emprego foram apurados em avaliação atuarial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conduzida pelos atuários independentes Towers Perrin Forster & Crosby Ltda., e estão demonstrados conforme abaixo. Não existiram mudanças nas premissas e características dos planos para o semestre findo em 30 de junho de 2017 em relação àqueles vigentes em 31 de dezembro de 2016.

	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(2.751)	(2.244)
Valor justo dos ativos do plano	2.964	2.511
Restrição de limite de ativo de benefício definido	(213)	(267)
Ativo (Passivo) líquido calculado	-	-
a. A movimentação do passivo líquido atuarial é como segue		
	2017	2016
Passivo líquido no início do exercício	-	(138)
Ganho (perda) reconhecida	11	(20)
Despesas no ano	(53)	(41)
Contribuições reais da empresa no ano	42	61
Contribuições líquido provisionado não revertido no período	-	-138
Passivo líquido no final do exercício	-	-
Despesa líquida com o plano de pensão e de benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a funcionários:		
	2017	2016
Custo de serviço corrente	54	43
Juros sobre a obrigação atuarial	144	130
Remuneração dos efeitos reconhecimentos em ORA	(145)	(132)
Contribuições de funcionários	-	-
	53	41

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

b. Hipóteses econômicas

	2017	2016
Taxa de desconto	10,86	12,68
Taxa de crescimento salarial	7,37	7,52
Inflação	4,85	5,00

c. Hipóteses demográficas

	2017 e 2016
Tábua de mortalidade	At 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944

O Plano de Pensão Marcoprev é avaliado anualmente e atualizado com base nos indicadores do ano anterior. A última Avaliação atuarial foi concluída em janeiro de 2017 e realizada pelos atuários independentes Willis Tower Watson.

23 Cessão de Créditos: Em dezembro de 2016 foi realizada cessão de créditos de operações baixadas a prejuízo no valor de R\$ 15.580.

24 Estruturas de gerenciamento de risco a. Risco operacional: O Banco Moneo atendendo às determinações dos órgãos reguladores, bem como visando aprimorar seus controles internos, desenvolveu uma estrutura para gerenciar o risco operacional ao qual o Banco está exposto. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas do Banco. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco Operacional, a qual visa garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura deste gerenciamento é suportada por: Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretor Responsável pelo Gerenciamento do Risco Operacional, Agentes de Compliance, Área de Compliance e Auditoria Interna, conforme dispõe a Resolução CMN nº 3.380/06. A descrição completa da Estrutura

de Gerenciamento do Risco Operacional do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br/bancomoneo/gestao-de-riscos.

b. Risco de mercado: De acordo com a Resolução CMN nº 3.464/2007, o risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma Instituição Financeira. Dentre as várias posições que podem sofrer flutuação nos valores de mercado, o Banco Moneo somente possui os riscos de operações sujeitas à variação das taxas de juros. A gestão de riscos de mercado consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas à sua administração e à alocação de capital econômico compatível com os riscos incorridos. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Tesouraria e Operacional, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretor Responsável pelo Gerenciamento do Risco de Mercado. Também fazem parte desta estrutura: Área de Compliance, Gerência de Controladoria e Finanças e Auditoria Interna. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br/bancomoneo/gestao-de-riscos.

c. Risco de crédito: A estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito do Banco, visa garantir a aderência às leis, regulamentos e normas vigentes e adotar as melhores práticas de Gerenciamento do Risco de Crédito, em consonância com as recomendações da Resolução CMN nº 3.721/2009. A estrutura contempla o gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito ao qual o Banco está exposto, buscando a identificação, mensuração, controle e mitigação do risco de crédito. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura desta área é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Crédito, Comitê de Cobrança e Recuperação de Créditos, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretoria Responsável pelo Gerenciamento do Risco de Crédito e Área de Compliance. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br/bancomoneo/gestao-de-riscos.

d. Risco de liquidez: O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva a identificação, a avaliação, o monitoramento e controle dos riscos que podem impactar sua liquidez, em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 4.090/2012. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é composta pelo Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretoria Responsável pelo Gerenciamento do Risco de Liquidez, Compliance e Gerência de Controladoria e Finanças. O processo de gerenciamento de risco de liquidez está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br/bancomoneo/gestao-de-riscos.

Gerenciamento de capital compatível O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto, em conformidade com as disposições da Resolução 3988/2011. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco. A estrutura compreende os seguintes órgãos e áreas: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretor Responsável pelo Gerenciamento de Capital, Área de Compliance e Gerência de Controladoria e Finanças. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br/bancomoneo/gestao-de-riscos.

Relatório de riscos (Consolidado): O Banco Moneo disponibiliza em seu site www.bancomoneo.com.br relatório contendo informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) da Instituição, tanto sob o aspecto quantitativo como qualitativo, e informações relativas à Razão de Alavancagem (RA), conforme disposto nas Circulares 3.678/2013 e 3.748/15 do Banco Central do Brasil.

25 Instrumentos derivativos: O Banco não possui operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos, sendo os instrumentos financeiros ativos e passivos registrados aos seus valores de negociação, os quais se aproximam dos respectivos valores justos.

26 Seguros: O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para seus valores e bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Conselho de Administração

Mauro Gilberto Bellini - Presidente do conselho
Carlos Zignani - Conselheiro
José Antonio Valiati - Conselheiro

Diretoria

Oliver Markus D'Haese - Diretor de Negócio
José Antonio Valiati - Diretor administrativo e financeiro
José Fernando Bettoni - Diretor de crédito e cobrança

Contador

Cleber Alexandre Bernart
CRC/RS 81.323/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco Moneo S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Moneo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Moneo S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis,

conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao semestre anterior: As demonstrações financeiras do Banco em 30 de junho de 2016 foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado de 08 de Agosto de 2016, expressa uma opinião sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações fi-

nanceiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou repre-

sentações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de agosto de 2017
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC SP000160/O-5 "F" RS
Emerson Laerte da Silva
Contador CRC ISP171089